



## **PSEUDODEMOCRATIZAÇÃO: A PRESENÇA DA MULHER DISCENTE NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**

Laylla Nyanne Dias Lopes

Claitonei de Siqueira Santos

UNIFAN

laylla.lopes@hotmail.com

**RESUMO:** Este trabalho realiza uma análise sobre a participação da mulher discente no ensino superior brasileiro na década de 1970. Destaca aspectos da instrução no Brasil, ressaltando o patriarcado e a educação jesuítica como influenciadores de concepções educacionais que negavam às mulheres o acesso de forma igualitária aos bens culturais produzidos no período colonial. Ressalta também que, mesmo com as novas exigências que foram postas a partir de mudanças econômicas, a mulher se inseriu no ensino superior marcada por uma perspectiva conservadora, realidade que não se alterou no período republicano apesar das reformas educacionais. Assim, destaca que a ampliação do número de mulheres no ensino superior, ainda que importante, não representou a democratização do acesso, visto que os cursos por elas “escolhidos”, eram marcados por uma representação social patriarcal e, por conta disso, manteve-se o prestígio diferenciado também no campo acadêmico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patriarcado. Educação Superior. Mulheres. Desigualdade.

### **1 INTRODUÇÃO**

O contexto histórico brasileiro foi marcado por práticas patriarcais e conservadoras. Dado essas condições, as mulheres foram continuamente colocadas em situação de desigualdade. Essa dessemelhança, no entanto, sempre foi tratada como natural e imutável, como se a subordinação e a dominação fossem inerentes ao processo de constituir-se mulher.

Nessa direção, também no campo educacional, o que se percebe é que a história das mulheres é carregada dessa perspectiva. Durante longo período, elas estiveram confinadas à esfera doméstica, marginalizadas do espaço público e também do mercado de trabalho formal, visto tipicamente como lócus exclusivamente masculino.

No Brasil, essa tendência apresentou contornos próprios, tanto que a presença docente feminina nas instituições de ensino superior teve início somente no século XIX. Assim, mesmo autorizada a frequentar esse nível de ensino, sua presença era pouco expressiva para caracterizar a educação superior como espaço de livre circulação ou mesmo de coeducação.

Devido às alterações nos campos econômico e social ocorridos no Brasil no início do século XX e aos processos que o conduziram à ideia de urbanização e industrialização, juntamente com os avanços tecnológicos, foram oferecidas maiores oportunidades de acesso às mulheres nas universidades.

Entretanto, a incorporação de grupos sociais historicamente excluídos, não significou igualdade de condições de acesso e ocupação dos cursos oferecidos. A universidade parece ter mantido e acentuado as desigualdades sociais sobre o velo da igualdade de acesso.

Desse modo, podemos revelar que tal conquista, mesmo sendo importante, foi ainda parcial, pois o ingresso de mulheres discentes na educação superior foi gradativo, limitado e diferenciado no que diz respeito aos cursos realizados em relação ao universo masculino. Essa característica significa a manutenção de elementos oriundos das práticas de uma sociedade patriarcal.

## **2 METODOLOGIA**

Utilizou-se o procedimento metodológico de pesquisa bibliográfica e também análise de dados que constitui a base empírica do trabalho. Os dados quantitativos apresentados foram obtidos no próprio site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e nos Cadernos de Pesquisa das autoras Barroso e Mello (1975).

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O presente texto busca, então, elucidar até que ponto a ampliação do ensino superior representou uma abertura igualitária das oportunidades de acesso e permanência para os segmentos do grupo feminino na educação superior brasileira.

Nessa direção, torna-se mister desvelar os mecanismos velados de segregação, escamoteados na expansão do número de vagas para as mulheres na educação superior do país, indagando sobre as condições de sua ocorrência e os cargos e/ou funções ocupados pelas mulheres. Até porque, à medida que a “democratização” do ensino tendeu a ampliar o acesso das mulheres à escolaridade

de nível superior, as condições objetivas e concretas vivenciadas por muitas delas nos espaços sociais em que transitavam foram mantidos. Daí, um dos elementos para a ideia de pseudodemocratização.

O ingresso, tanto nas instituições de ensino superior como nos respectivos cursos, manteve-se efetivada, porém sobre o velo de uma exclusão social que atinge estrondosamente o universo feminino. Desse modo, mesmo com a ampliação do número de vagas, o acesso aos cursos não significou uma escolha livre e desinteressada para essa parcela significativa da população, uma vez que sofriam forte interferência do contexto social marcado por práticas culturais patriarcais. Elucidar essas questões torna-se algo bastante pertinente e o grande objetivo do referido texto.

Desse modo, visando atingir os objetivos propostos, o trabalho encontra-se dividido em três partes. A primeira denomina-se antecedentes históricos da educação no Brasil e a gênese da segregação educacional feminina, discute a concepção de educação que foi se formando na colônia e como esta, com base em uma visão europeia, atendia mais os objetivos da elite colonial e por conta disso foi relegando às mulheres uma posição social diferenciada, assim como o acesso à educação. Destaca que estes elementos estiveram pautados em uma prática patriarcal e mesmo com as reformas realizadas esta não se alterou fortemente.

A segunda tem como título nova ordem política: reformas que não alterou a manutenção dos privilégios socioculturais no campo do simbólico e chama a atenção para as sucessivas reformas educacionais no período republicano e como estas não alteraram significativamente o contexto. Utilizando algumas categorias de análise do sociólogo francês Pierre Bourdieu, procura demonstrar como os mecanismos simbólicos interferem nos processos de escolha do curso em nível superior e nessa situação, como foi sendo relegado às mulheres cursos no campo acadêmico visto como de segunda ordem. Aspecto que manteve a estrutura educacional como excludente, elitista e segregador, cujos privilégios socioculturais e econômicos se manteve para um grupo restrito.

O último capítulo intitula-se a presença feminina no ensino superior brasileiro e a pseudoliberalidade na escolha do curso superior. Analisando alguns dados empíricos demonstra como a escolha do curso esteve centrada numa perspectiva pseudodemocrática a medida que os valores de uma herança colonial materializada no patriarcado estiverem fortemente presentes no direcionamento das carreiras a

serem seguidas a partir da formação. Essa perspectiva colocou a educação como espaço de extensão da casa, conseqüentemente as licenciaturas acampou a maior parte das mulheres matriculadas, tornando algumas áreas da educação como tipicamente femininas.

#### **4 CONCLUSÕES**

O presente estudo permitiu observar que o aumento considerável da participação feminina no ensino superior, a partir de 1970, foi uma conquista de extrema e fundamental importância, porém de resultados parciais, pois o padrão de escolha das carreiras das mulheres não se efetivou de forma totalmente livre e equitativa. É o retrato histórico de uma sociedade fundamentada pelo patriarcado e que manteve tal característica mesmo com mudanças sociais ocorridas. O resultado foi o aumento, a concentração de mulheres em carreiras consideradas tipicamente femininas vistas como sendo de menor prestígio social, econômico e intelectual.

Numa sociedade marcada por desigualdades sociais e por valores históricos culturalmente arraigados pelo patriarcado, as diferenças entre mulheres e homens, características das relações de gênero, se efetivam de forma mais forte e são reproduzidas através de mecanismos cada vez mais sutis de mascaramento da realidade. Esse processo agiu no sentido de induzir a mulher a optar, como se fosse uma escolha livre e desinteressada, por certo tipo de curso universitário que balizou uma carreira específica. Porém, colocada pelo mundo social como mais apropriada para ela.

Assim, ao verificar os mecanismos de desigualdades de acesso a educação superior a partir das relações de gênero, desvela como estes, além de históricos, se metamorfosearam, assumindo novas formas, sem, no entanto, perder a sua capacidade de mascaramento da realidade. Uma exclusão mais dissimulada e por isso mesmo, mais eficaz e sutil. Portanto, os dados sobre o acesso da mulher no ensino superior na década de 1970, coloca toda essa perspectiva a tona e baliza a pertinência do objeto ora analisado na sua relação com as condições objetivas e concretas presentes em cada bloco histórico.

Com a massificação do acesso ao ensino, o que foi possível perceber é que a exclusão dos grupos historicamente desfavorecidos passou a se estruturar de forma contínua e diluída ao longo de todo o processo de escolarização, em todos os seus níveis de ensino. A universidade não escapou a esse processo, sendo ela lugar

destinado as elites, também exclui, no instante em que não se constituiu como espaço de equalização das desigualdades socioculturais e de gênero. Ao sofrer as interferências do mundo social, determinados cursos foram colocados como específico a certos segmentos sociais.

Esse aspecto fez com que o processo de eliminação branda, bastante acentuado na década de 1970, foi postergado, metamorfoseado e estendido no tempo e, parece que diluído na perda de raridade do diploma. Tendo em vista que cada vez mais pessoas se colocaram na necessidade de inserção nesses espaços, porém, destituídos de uma perspectiva concreta de inserção capaz de permear os espaços sociais delimitados. A impressão que se tem do período analisado em diante é que as instituições estão sendo habitadas “permanentemente, por excluídos potenciais que introduzem nela as contradições e os conflitos associados a uma escolaridade cujo único objetivo é ela mesma” (BOURDIEU, 2008, p. 223).

Nessa direção, é preciso ter em mente que o processo de expansão foi uma pseudodemocratização, pois de forma dissimulada negou ao agente social o direito e as condições de efetiva escolha. Assim, a construção dos estereótipos relativos ao papel social da mulher, a feminização de determinadas profissões e, conseqüentemente, a crescente participação delas no campo acadêmico, em carreiras consideradas mais “adequadas”, contribuíram para a manutenção e a reprodução da herança cultural deixada pelos portugueses e que se materializou por meio do modelo de família patriarcal que via a mulher como diferente e incapaz.

## REFERÊNCIAS

BARROSO, Carmem; MELLO, Guiomar Namó de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. Fundação Carlos Chagas, **Cadernos de Pesquisa**, nº 15, 1975.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_, Pierre. **Escritos de educação**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). Petrópolis: Vozes, 2008.

ROMANELLI, Otaíza O. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 29ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2005.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.